

Programas de governo e debates presidenciais no Brasil: uma análise da coerência ideológica de PT e PSDB em 2014

Amanda Vizoná - UFSCar

amanda_viz@hotmail.com

Pedro Floriano Ribeiro – UFSCar

pfribeiro@ufscar.br

Área Temática: Opinião Pública e Comunicação Política

Trabalho preparado para apresentação no 9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP).

Montevideu, 26 ao 28 de julho de 2017.

Programas de governo y debates presidenciales en Brasil: un análisis de la coherencia ideológica de PT y PSDB en 2014

Resumo

Desde 1994, PT e PSDB figuram como os principais opositores na disputa pela Presidência da República no Brasil. Alguns estudos sugerem que a clivagem estratégica (conjuntura eleitoral) vem assumindo o lugar da clivagem ideológica nas últimas eleições: os dois partidos flexionam seus discursos eleitorais (nos programas de governo, na propaganda e nos debates televisivos) para o centro do espectro ideológico, sem apresentar projetos que os diferenciem ideologicamente de modo claro. Nesse sentido, o paper tem por objetivo classificar o posicionamento de PT e PSDB em uma escala de preferência ideológica (esquerda-direita) nas eleições de 2014, através da análise: a) dos programas de governo (escritos); b) do discurso dos candidatos (Dilma Rousseff e Aécio Neves) nos debates presidenciais televisivos. Para tanto, utilizamos o método de classificação de sentenças de discurso segundo as categorias desenvolvidas pelo ‘Comparative Manifesto Project’ (manifestoproject.wzb.eu), comparando os resultados dos dois formatos discursivos (programas e debates). Após mensurar a congruência entre o discurso no programa de governo e o discurso televisivo, bem como a distância ideológica entre os dois partidos, será possível contribuir para o debate sobre estratégias de comunicação política em uma esfera pouco estudada (debates na televisão), bem como refletir sobre o sistema partidário brasileiro e sua crise de representação.

Introdução

O debate acerca do sistema partidário brasileiro e suas peculiaridades aparece dividido em diversas temáticas: organização, institucionalização, estabilidade e tipologia. Porém, ainda podemos observar uma literatura com lacunas no que se refere ao cruzamento das teorias e metodologias já existentes com a busca pela definição ideológica dos partidos brasileiros. O presente artigo pretende apresentar os resultados parciais de uma pesquisa de doutorado em andamento. A pesquisa busca testar objetos de análise e metodologias para entender se a clivagem direita/esquerda está presente e causando influência no sistema partidário brasileiro atual. O objetivo principal da tese é analisar o posicionamento de PT e PSDB nas eleições de 2002, 2006, 2010 e 2014 em uma escala de preferência ideológica de acordo com a análise dos programas de governo oficiais em cruzamento com a análise do discurso dos candidatos nos debates televisivos dos respectivos pleitos. Neste texto, serão apresentados alguns resultados parciais da pesquisa, com foco nas eleições de 2014, as mais recentes.

Para tanto, utilizamos o método de análise dos programas de governo desenvolvido pelo *Comparative Manifesto Project* - CMP (Laver e Budge, 1992), que pode ser definido como um método de divisão textual e classificação de sentenças (frases ou conjunto de frases com o mesmo sentido) nas categorias ou domínios temáticos: relações internacionais, democracia e direitos humanos, sistema de governo, economia, políticas sociais, estrutura social/lei e ordem, minorias e grupos sociais. Com esta categorização é possível demonstrar em quais domínios os partidos colocam mais relevância, demonstrando a ênfase de atuação ligada ao posicionamento de preferências ideológicas.

O exercício proposto busca atingir o objetivo de mensurar a distância ideológica entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) a partir da classificação de seus discursos no momento da comunicação eleitoral, assim como vislumbrar se há coerência ideológica entre o discurso do programa oficial de governo e o discurso realizado nos debates presidenciais televisivos. A hipótese traçada parte do princípio que os partidos em questão, em fase de campanha eleitoral, estariam desviando o debate programático e ideológico para um discurso que os aproximam do centro do espectro.

Os objetivos propostos mostram relevância por abordarem temáticas não amplamente exploradas na ciência política. A questão do debate eleitoral, embora seja um instrumento de comunicação popular e amplamente divulgado pela mídia, ainda é praticamente inexplorada na literatura (Santos e Veiga, 2009). Sobretudo, a adequação da metodologia de análise de sentenças textuais inspirada na Saliency Theory de Robertson (1976), que embasa o método do CMP, para que o discurso dos candidatos nos debates televisivos possa ser categorizado não foi realizada ainda na literatura brasileira ou internacional. A importância do debate televisivo está em sua conceituação enquanto *media events*: eventos que ganham características de espetáculo devido à grande produção e expectativa suscitada pela mídia de massa (Leite, 2003), fazendo que os partidos considerem o tempo em televisão como o principal momento para expor suas diferenças ao eleitor, na busca de tornar-se o preferido de cada indivíduo.

A delimitação do objeto de estudo restrita aos partidos PT e PSDB leva em consideração o critério de relevância de partidos formulado por Sartori (1976), em que a relevância está ligada à possibilidade do partido em disputar e exercer o poder. Existe uma vasta literatura (Melo, 2007, 2010; Braga, 2010; Limongi e Cortez, 2010; Melo e Câmara, 2012; Cortez, 2012; entre outros) que afirma que nas eleições presidenciais brasileiras formou-se um padrão estável de competição a partir de 1994, em que a disputa se dá, em um movimento entre situação e oposição, entre candidatos do PT e do PSDB, cada um sendo apoiado por um bloco de partidos relativamente estável e que apresentariam opções ideológicas e programáticas distintas ao eleitor. Encontrar meios para avaliar o nível de distinção entre os dois partidos e a maneira como eles comunicam suas ideias ao eleitor é uma prerrogativa fundamental nesta pesquisa.

- Estratégia de pesquisa e procedimentos metodológicos

Através de uma adequação na metodologia de classificação dos programas de governo em sentenças temáticas, realizaremos o mesmo exercício com o discurso apresentado pelos candidatos no debate televisivo de 2014. O corpus será o discurso emitido pelos candidatos no debate que antecedeu a votação de segundo turno. Esse recorte deve-se à tentativa de entendimento do discurso direto dos partidos que constituem nosso objeto, PT e PSDB, por justamente serem os debatedores em segundo turno desde 2002. Os debates em primeiro turno trariam uma análise muito extensa por

possuírem a participação de 6 a 7 candidatos, sendo a maioria de partidos inexpressivos em relação à intenção de votos. As principais emissoras do país promovem os debates televisivos em diferentes épocas. Nosso recorte limitará a análise ao debate promovido pela Rede Globo de televisão que, segundo a pesquisa IBOPE, é o debate que possui a maior audiência entre as emissoras. Além disso, é realizado sempre na semana que antecede a eleição, período em que a comunicação entre partido e eleitor se dá de maneira mais intensa.

O processo de análise se deu nas seguintes etapas: (a) Transcrição de todas as falas com o acréscimo de dados como o tempo e a situação de quem fala (pergunta, resposta, réplica, tréplica); (b) Primeiramente, para efeito de categorização, cada fala será uma sentença. Porém, será analisado se dentro de uma mesma fala há espaço para divisão de sentenças diferentes¹; (c) Classificação das sentenças extraídas dos programas de governo e dos debates televisivos nas categorias do CMP expressas pelos sete domínios: *(1) relações internacionais, (2) democracia e direitos humanos, (3) sistema político, (4) economia, (5) políticas sociais, (6) estrutura social / lei e ordem, (7) grupos sociais e minorias*;

Após a operacionalização dos dados gerados na análise do conteúdo dos debates televisivos, realizaremos a comparação com os dados obtidos na análise dos programas de governo. O intuito será buscar o nível de congruência entre a comunicação escrita realizada pelo partido e a comunicação inserida no ambiente espetacularizado em que os debates televisivos estão inseridos. Os resultados poderão demonstrar adequação ou distorção diante da esperada posição programática dos partidos, o que nos fará entender se os principais partidos políticos apresentam incoerência com os ideais que os norteiam. Os resultados tendem a contribuir, desta forma, ao debate em torno da solidificação do sistema partidário brasileiro que leva em conta, como uma das variáveis, a coerência dos partidos brasileiros diante da ideologia que os formam.

¹ As sentenças são classificadas como ideias expostas com começo, meio e fim sobre um determinado assunto.

- Dados e Metodologia

Os programas de governo serão analisados de acordo com o método difundido pelo CMP (Comparative Manifesto Project), que consiste na divisão do documento em sentenças e classificação de acordo com as seguintes categorias:

Tabela 2. Classificação por Domínios

	Unidades de Contextos e Unidades de Registro
Domínio 1	Relações Internacionais (URs: Relações especiais com países estrangeiros, Anti-imperialismo, Forças Militares, Internacionalismo, Comunidade Europeia).
Domínio 2	Liberdade e Democracia (URs: Liberdade e Direitos Humanos, Democracia, Constitucionalismo).
Domínio 3	Sistema Político (URs: Descentralização e Centralização, Eficiência Administrativa e Governamental, Corrupção Política, Política Autoritária).
Domínio 4	Economia (URs: Livre Iniciativa, Incentivos, Regulamentação do Mercado, Planejamento Econômico, Corporativismo, Protecionismo, Objetivos Econômicos, Demandas de Gestão Keynesiana, Produtividade, Tecnologia e Infraestrutura, Controle Econômico, Nacionalização, Ortodoxia Econômica, Análises Marxistas, Crescimento Econômico.)
Domínio 5	Welfare State e Qualidade de vida (URs: Proteção Ambiental, Cultura, Justiça Social, Estado de Bem Estar Social e Educação)
Domínio 6	Estrutura social (URs: Estilo de vida nacional, Moralismo Tradicional, Lei e Ordem, Harmonia Social, Multiculturalismo).
Domínio 7	Grupos Sociais (URs: Trabalhadores, Agricultores, Grupos demográficos, Minorias, Classe média e Profissionais Liberais).

Fonte: Elaboração própria a partir de Volkens e Klingeman (2005) e Bartolini e Mair (1990).

A classificação dos dados textuais pode ser feita de forma manual ou através de recursos computacionais (softwares de contagem e classificação de sentenças). Optamos por utilizar a forma manual pela possibilidade de análise não apenas quantitativa, mas também qualitativa, em que o filtro do pesquisador pode contribuir para um maior entendimento das entrelinhas subjetivas de cada excerto. Os programas de governo foram obtidos através do banco de dados presente no site do Tribunal Superior Eleitoral², e

² Pela legislação eleitoral brasileira, todos as candidaturas têm por obrigação registrar no TSE os programas de governo caracterizados como documentos oficiais em relação aos projetos e ações pretendidos caso a candidatura seja eleita. O registro garante que o TSE fiscalize se a candidatura pretende aplicar algum projeto inconstitucional. (Lei 9.504 de 30 de setembro de 1997, art. 11, § 1º: “O pedido de registro deve ser instruído com os seguintes documentos: IX – propostas defendidas pelo candidato a Prefeito, Governador de Estado e a Presidente da República”)

constam em nossa base de dados de forma impressa. Somam, ao todo, 118 páginas (PT: 42; PSDB: 76). O número de páginas dos documentos chamam a atenção para o desnível de aprofundamento do debate realizado pelos dois partidos. No entanto, como a pesquisa possui como método a análise de sentenças e, por conseguinte, a contagem da porcentagem de foco de cada documento em determinado assunto, considerou-se que tal desnível não afetará a análise dos dados, apesar de constituir um elemento interessante sobre a dedicação das candidaturas em preparar o programa de governo como um documento de apresentação de políticas e comprometimento com projetos. Alguns destes documentos, inclusive, geraram muitas polêmicas. No ano de 2014, a candidatura da então Presidente Dilma Rousseff chegou a protocolar três documentos diferentes no TSE, afirmando apenas o último como oficial. Neste caso, é este terceiro documento que selecionamos para análise. O arquivo do debate televisivo da Rede Globo de 2014 consta em nossa base de dados e foi obtido através de gravação própria.

1.1 – PT e PSDB: para onde caminham as principais forças partidárias.

No Brasil, as pesquisas apontam uma clara erosão da legitimidade dos partidos como atores centrais do processo democrático para significativas parcelas do eleitorado (Braga, Ribeiro e Amaral, 2016). A ausência de programas partidários claros e o enfraquecimento da ideologia são fatores que contribuem para o rompimento de lealdade entre partidos e eleitores. Neste contexto, dois partidos ainda figuram como as principais forças eleitorais desde a redemocratização: PT e PSDB configuram o que há de mais estável e competitivo no sistema brasileiro. Portanto, é imprescindível situar as trajetórias de cada um deles, assim como analisar suas características, conquistas e desafios.

- PT: mudanças de trajetórias e incertezas.

A fundação do PT, em 1980, estava inserida em um contexto onde as novas dinâmicas de trabalho e divisão de classes aconteciam juntamente com a ânsia nacional pela redemocratização. A região do ABC paulista, onde o partido foi criado, configurava

o maior reduto da nova indústria que muito empregava e pouco pagava a seus metalúrgicos. Após a reforma partidária, operários mobilizados já a partir das greves de 1978-79, alargam seus objetivos e se unem a intelectuais, estudantes, artistas, políticos e sindicalistas de outros estados, dando início a criação de um ator político que pudesse lutar por espaço e alcançar a demanda igualitária de uma sociedade em meio a uma ditadura. Em meio a esse contexto é que o PT é criado sob a forte liderança do sindicalista Luís Inácio Lula da Silva (Kinzo, 1993).

Diante do seu posicionamento frente a mudanças e rupturas (Tarouco e Madeira, 2011), podemos afirmar que o PT nasceu permeado por um forte ideal de esquerda. Com ideais inspirados nas teorias socialistas, sua ligação com o operariado e com as classes que buscavam uma forte ruptura com o sistema vigente (a ditadura militar) o torna um típico partido de esquerda em diversas dimensões. Segundo a classificação de Duverger, podemos afirmar que o PT é um legítimo partido de massas, pois surgiu de um movimento endógeno à sociedade civil, fato que contribui para os altos índices de identificação partidária que o partido alcança.

Os índices identificação partidária, que na década de 2000 estiveram acima dos 20%, são explicados pela trajetória única de partido de massas e pelo enraizamento social a partir dos sindicatos e dos movimentos sociais que lutaram pelo fim da Ditadura Militar (Kinzo e Carreirão, 2004).

A chegada à Presidência da República em 2002, fez o PT mudar a postura que o colocava como um partido à esquerda, passando a moderar seu discurso e a adotar medidas programáticas, principalmente na economia, a despeito de outras que defendia no passado. Neste sentido, a partir do momento que se tornou governo, o partido passou a depender do vínculo estatal assim como do vínculo social (RIBEIRO, 2008).

Os resultados dos dados obtidos pelo ESEB, em que foi medida a intensidade de quanto os eleitores gostam de cada um dos partidos, vemos que, em todos os anos estudados, o PT apresenta uma média de simpatia eleitoral maior que as dos demais partidos. Entretanto, é necessário também observar que a média de simpatia pelos demais partidos também encontra algum nível satisfatório. O PSDB, partido que vem sendo o principal adversário na corrida presidencial, também aparece com percentual mais abrangente de simpatizantes em relação às demais legendas (Braga e Pimentel Jr., 2011).

As mudanças de trajetória ocorridas no interior do partido são notórias, depois de quase 40 anos de existência, o PT saiu das ruas e das manifestações sindicais, passando pela atuação mais moderada nas eleições de 2002 e pelo movimento em direção ao centro durante o período que esteve no governo, entre 2002 e 2016. A trajetória do partido no governo foi interrompida em 2016, após um polêmico processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff. Em 2014, Dilma já havia enfrentado um cenário eleitoral muito preocupante. A campanha eleitoral foi marcada pelas constantes denúncias de corrupção envolvendo o governo e o partido, entre elas, os escândalos sobre a Petrobrás investigados pela “Operação Lava Jato”. Além disso, o fantasma da inflação e o baixo crescimento econômico, baixaram consideravelmente os níveis de popularidade de Dilma, fazendo com que seu governo se tornasse frágil ao ataque da opinião pública e dos partidos de oposição (Ribeiro, Vizoná e Cassotta, 2016).

Em 2016, o desarranjo entre o governo executivo e legislativo, acirrados pela disputa entre Dilma (PT) e o presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB), apoiado pelas lideranças do PSDB, resultou na consolidação do processo de impeachment que levou o vice-presidente, Michel Temer (PMDB), a assumir a presidência a partir de setembro de 2016. Acusada de manipular o orçamento sem a aprovação do congresso, a presidente foi julgada e condenada por ter cometido as famosas “pedaladas fiscais”. Dessa forma, o PT, pela primeira vez depois de 13 anos, perdeu o governo federal. Para muitos analistas, o episódio do afastamento da presidente Dilma colocou o fim de uma era de domínio do PT que, em 2017, luta para desvincular a própria imagem dos escândalos de corrupção, assim como busca lançar previamente a candidatura do ex presidente Lula para as eleições de 2018. Em 2015, previsões destacavam que o fracasso do governo Dilma poderia ser considerado também como um fracasso do PT, além de um fracasso da esquerda pós comunista como um todo (Ribeiro, Vizoná e Cassotta, 2016).

- PSDB – Do governo à oposição.

O PSDB surgiu em um movimento interno no Congresso Nacional, formado por dissidentes do PMDB, motivado pela possibilidade de disputa da eleição presidencial. O partido disputou as eleições de 1989 com o candidato Mário Covas e não conseguiu chegar ao segundo turno. Apenas em 1994, veio a conquista da Presidência da República com Fernando Henrique Cardoso, sociólogo e um dos fundadores do partido. Através de uma reeleição, FHC se manteve no poder até 2001.

Mesmo sendo um partido de quadros, segundo a classificação de Duverger (1951), sua luta pela redemocratização e contra a permanência do regime militar, segundo os autores Tarouco e Madeira (2012) havia lhe dado status de reformista e o aproximado sua origem da esquerda. No entanto, algumas das medidas tomadas enquanto governo, para alguns críticos, distanciam PSDB do movimento de esquerda assumido em sua criação. A bibliografia que debate as características do partido nos remete a dois consensos: o primeiro diz respeito ao fato de que motivos ideológicos fomentaram a criação do partido devido às divergências de alguns parlamentares em relação à aliança que o PMDB cultivava com a direita – o PFL/DEM – e em relação ao embate sobre a prorrogação do mandato presidencial para cinco anos, fato que beneficiaria o mandato do então presidente José Sarney; o segundo consenso é de que a contraditória aliança que o PSDB selou com o PFL/DEM, a partir da eleição de 1994, foi uma ação essencialmente pragmática, o que teria descaracterizado sua orientação ideológica (Roma, 2002)

A partir de então, de forma coerente com sua ideologia liberal, já declarada no manifesto de criação do partido, o PSDB adotou a estratégia de concretizar alianças com partidos de centro e direita na maioria dos casos. Segundo Roma (2002), a criação como partido interno ao sistema parlamentar propiciou uma estrutura organizacional fraca, com uma pequena participação dos filiados, um terreno fértil para a inexistência de instâncias democráticas de veto às decisões das elites dirigentes. Essa estrutura, por sua vez, facilitou a aproximação entre o partido e o PFL, principalmente porque o programa de governo de ambos os partidos apresenta uma visão ideológica próxima do liberalismo.

Em 2002, diante de uma crise de representação e forte alternativa oferecida por Lula e seu discurso mais moderado, o PSDB deixa a presidência e passa a amargar uma sequência de derrotas eleitorais para os candidatos petistas. Nos dois primeiros pleitos contra Lula, e nos dois últimos contra Dilma, os tucanos chegaram ao segundo turno e saíram derrotados. A eleição mais polêmica e mais acirrada desde 1989 se deu em 2014. Os candidatos do PT e PSDB totalizaram 75% dos votos em disputa e o segundo turno foi marcado por ondas de agressividade e ataques pessoais. O candidato tucano marcou sua fala com ataques baseados nos rumores e denúncias de corrupção ligados ao PT, além de destacar a responsabilidade do partido pela crise econômica que o país vivia. Dilma, que mantinha um forte vínculo social de acordo com a trajetória petista e suas bases, acabou vencendo a eleição com 51,6% de votos. (Braga, Ribeiro e Amaral, 2016).

Diante da diferença pequena de votos entre partido eleito e derrotado, o PSDB iniciou uma campanha na tentativa de deslegitimar a vitória do PT. De recontagem de

votos à ações judiciais para investigação das contas de campanha, o partido usou diversas artimanhas para anular os resultados das urnas, todas elas sem sucesso. Diante de tal cenário, as lideranças tucanas encamparam uma aliança com o PMDB para mover um processo de impeachment contra a presidente Dilma. Após a destituição da presidente ser consolidada em meados de 2016, o partido permaneceu ao lado de Temer, vice de Dilma que havia assumido o poder, compondo o governo e buscando se fortalecer o partido para futuras eleições indiretas ou para as eleições regulares que acontecerão em 2018.

Diante da constatação de uma aproximação ideológica entre as principais forças competitivas do sistema brasileiro e do movimento cada vez mais ao centro realizado por PT e PSDB, torna-se importante investigar, por outros métodos e através de outras fontes, o quanto os dois partidos se assemelham e quais são os suas maiores estratégias de competição. Nesse sentido, apresentamos, a priori, a trajetória dos partidos em foco, assim como seus dilemas atuais, para esboçarmos daqui adiante um maior diagnóstico deste possível distanciamento.

2. Programas de Governo e Debates Presidenciais Televisivos como instrumentos de análise: o discurso em campanha e a ideologia.

Diante do exercício de investigação sobre o distanciamento ideológico dos partidos, a escolha em relação aos objetos de análise é considerada como ponto inicial dos trabalhos. A ideia do presente artigo consiste em realizar um exercício comparativo entre os discursos feitos em dois meios diferentes de comunicação entre eleitores e partidos no contexto de campanha: os programas de governo e os debates presidenciais televisivos. Os resultados pretendem aferir o tamanho da distância ideológica entre os dois partidos para apontar argumentos e sobre: a) a coerência entre posicionamentos na comunicação escrita e falada; b) se há ou não distância ideológica significativa entre os principais partidos em oposição. Nossos resultados pretendem contribuir para alguns debates em loco na ciência política atual: a ideologia ainda importa na dinâmica estratégica de disputa eleitoral?

- Método de análise de documentos para fins de classificação de Ideologia: O CMP.

A Ciência Política atual dispõe de três abordagens para a tentativa de classificação de partidos na escala direita/esquerda: a) opiniões de especialistas; b) dados de pesquisas de opinião (incluindo opinião pública, parlamentares, militantes e lideranças partidárias); análises de conteúdos de manifestos partidários (estatutos de formação e programas de governo). A terceira abordagem vem sendo mais utilizada por ter como objeto os documentos oficiais em que os partidos declaram suas preferências, estando isentos de uma possível declaração enviesada existente nas outras duas abordagens.

Podemos tomar os documentos partidários como parte pertencente aos mecanismos de competição eleitoral ao passo que transmitem ao eleitorado suas intenções como governo. Ao realizarmos essa consideração, nos deparamos com duas teorias que avaliam as ênfases desses programas partidários vistos como mecanismos eleitorais (Laver e Budger, 1992; Tarouco, 2007; Dinas e Gemenis, 2010).

A primeira teoria a qual podemos fazer referência é a da “Escolha racional” (Downs, 1999), segundo a qual os partidos se movem ao longo de uma escala ideológica formulando propostas de políticas que podem sofrer alterações em busca do fim pelas quais são criadas: a conquista de votos. Para Downs, os atores se comportam na política como se comportam na lógica econômica do mercado, ou seja, racionalizando o comportamento para obter o maior número de votos. Assim, o programa partidário não estaria preso às clivagens eleitorais, mas sim aos posicionamentos estratégicos de campanha. Quanto mais apelativo o tema, mais ênfase os programas dariam a eles. Dessa forma, o voto seria o fim, e as políticas públicas seriam o meio pelos quais alcançá-lo, em vez do movimento inverso. Nessa perspectiva, os programas partidários seriam apenas uma abordagem de temáticas que se mostraram relevantes na conquista de votos em um determinado momento, não refletindo as verdadeiras preferências e ideologias partidárias. Logo, “a posição assumida por cada partido poderia variar conforme a expectativa de preferência do eleitor mediano, cujo voto os partidos almejam, ou seja, os partidos se movimentam na escala para ganhar eleitores” (Downs, 1999). Podemos dizer que a análise dos documentos é relevante para comprovar essa hipótese.

Ao analisarmos a lógica contrária, em uma perspectiva em que o partido ainda exerce suas preferências ideológicas, encontramos a segunda teoria denominada Saliency

Theory e desenvolvida por (Robertson, 1976). Nessa perspectiva, os partidos competem enfatizando diferentes questões. Através da agregação de demandas em pacotes de políticas, os partidos ofereceriam aos eleitores uma escolha e lhes delegariam a tarefa de decidir qual dos conjuntos de questões é mais importante. De acordo com esse ponto de vista, os partidos, em seus programas de governo, lançariam as questões que priorizariam caso chegassem a ser governo, assim o eleitor possuiria um leque de opções de preferências, em que cada partido defenderia uma espécie de prioridade de política pública. Desse modo, o nível e a intensidade em que cada assunto aparece nos programas partidários indicaria qual sua posição em uma escala de preferências ideológicas.

De acordo com a Saliency Theory, as preferências dos partidos são multidimensionais e não podem ser classificadas numa escala direita/esquerda apenas por questões econômicas ou sociais. Na era pós materialista, os partidos buscariam, para se diferenciar, optar por novas agências como, por exemplo, rivalidades étnicas, religiosas, identidades nacionais e questões ambientais. Desta forma, a proposta da Saliency Theory é classificar os partidos através de uma análise multidimensional de suas preferências partidárias.

- A metodologia do CMP – Passo a passo.

O Manifesto Research Group (MRG) e seus sucessores Comparative Manifesto Project (CMP) e Manifesto Research in Political Representation (MARPOR), estimam o posicionamento político por meio da análise do conteúdo dos documentos partidários e tem como principal base teórica a Saliency Theory. Essa abordagem torna fácil a identificação de pontos de referência e fontes para medição do posicionamento político, que pode variar entre as eleições. O primeiro estudo do MRG incluiu dezenove países, entre eles quinze países europeus, exceto Grécia, Portugal e Espanha, e o período estudado foi de 1945 até o final dos anos 70. Esse estudo dedicou atenção especial a duas importantes questões: em primeiro lugar, na teoria, quais são as principais dimensões de competição partidária; em segundo lugar, na metodologia, como podemos medir essas dimensões? A primeira e a segunda análise de fatores mostraram a dimensão esquerda/direita como sendo a predominante na concorrência programática entre os partidos, embora a análise de fatores também aponte para aspectos multidimensionais. Para classificar os documentos, o CMP definiu categorias indicativas diferentes para direita e esquerda (Laver e Budge, 1992; Tarouco, 2007), a partir de sete domínios: 1)

relações exteriores; 2) liberdade e democracia; 3) sistema político; 4) economia; 5) bem-estar e qualidade de vida; 6) estrutura da sociedade e 7) grupos sociais.

Atualmente, os trabalhos dos três grupos (MRG, CMP e MARPOR) estão reunidos em uma vasta base de dados sobre posições políticas. Foram analisados 780 partidos em 54 países desde o pós-guerra. A seguir, a metodologia que pretende transformar os discursos subjetivos e qualitativos em dados quantitativos e de simples manipulação:

A metodologia inclui a segmentação dos documentos programáticos em frases e sua posterior classificação segundo o conjunto de 56 categorias. A proporção de texto dedicada a cada categoria seria um indicador das ênfases do partido e a proporção dedicada a categorias indicativas de posicionamento à esquerda e à direita seriam os critérios para a localização dos partidos em uma escala ideológica. (TAROUÇO; MADEIRA, 2010, p.02)

A base de dados criada pelo CMP é uma rica fonte de materiais para realizar análises comparativas entre partidos de uma mesma nação, e até mesmo sobre os vínculos ideológicos persistentes em diferentes países. No entanto, como praticamente todas as metodologias, o processo de manipulação dos dados ainda possui muitas limitações. Uma delas seria a questão da interferência do jogo político no campo situação/oposição, em que os programas de governo não seriam verdadeiros espelhos da ideologia, mas apenas uma declaração de posicionamentos de manutenção de políticas de governo ou críticas pertinentes a qualquer partido que esteja na oposição. A eficácia da utilização dos dados e dos métodos propostos pelo CMP foi medida de diversas maneiras, com testes estatísticos de confiabilidade e validade de dados e resultados (Dinas e Gemenis, 2009; Carmines e Woods, 2005).

- O método aplicado no Brasil: resultados e discussões.

Partindo desta ideia particularista, localizamos na literatura brasileira abordagens e tentativas de instrumentalização das metodologias citadas. Madeira e Tarouco (2007; 2009; 2012) realizam uma reflexão a respeito da escala direita/esquerda e sua utilização na classificação dos partidos brasileiros. Ao longo dos trabalhos, os autores realizaram um breve resgate da caracterização dos partidos atuais na escala ideológica, mostrando como a metodologia do CMP pode ser utilizada na particularidade dos partidos

brasileiros. Em diálogo com os exercícios realizados pelos autores citados, outras adequações no método foram realizadas na tentativa de atender às particularidades do contexto do debate brasileiro. Através da criação do método de instrumentalização da variável denominada “ênfase em políticas sociais”, os programas de governo referentes às eleições de 2002 e 2006, de PT e PSDB, foram classificados de acordo com a porcentagem de sentenças categorizadas como pertencentes ao cerne das políticas sociais, conhecido no método CMP como “domínio 5”. Os resultados obtidos mostraram que os dois partidos deram ênfase aos temas das políticas sociais em seus programas, mostrando assim que esse era o eixo do debate feito através dos documentos (Vizoná, 2014).

No entanto, a análise dos dados gerou um resultado inesperado diante da hipótese de encontrar diferenças entre os dois partidos em disputa no que se refere ao posicionamento diante das questões sociais. Na eleição de 2002, o PT teve um posicionamento mais direcionado às políticas sociais do que o PSDB. Em 2006, o posicionamento ser invertido. Segundo os dados, os dois partidos ficaram próximos ao centro (definido pelo valor: 50%) e ainda trocaram de posição de uma eleição para outra.

Tabela 1. Porcentagem de sentenças classificadas por domínios

	PT		PSDB	
	2002	2006	2002	2006
Relações Internacionais	5,10	2,67	5,69	5,43
Democracia e Direitos Humanos	1,30	8,92	1,17	0,50
Sistema Político	4,26	12,79	7,85	12,76
Economia	27,41	21,12	24,75	21,60
Políticas Sociais	60,67	42,55	49,50	57,64
Estrutura Social / Lei e ordem	0,22	1,78	3,14	0,75
Grupos Sociais e Minorias	0,89	10,11	7,85	1,26

Fonte: Vizoná, 2014.

A hipótese de que os partidos haviam se aproximado, no que se refere ao eixo temático das duas eleições em perspectiva, foi confirmada. Ficou nítido que o debate eleitoral girou em torno das políticas sociais. Percebeu-se, no entanto, que alguns fatores podem influenciar nas temáticas propostas nos documentos oficiais: a) o contexto de

vitória ou derrota nas últimas eleições; b) a situação presente de oposição ou situação que leva os partidos a dedicarem parcelas importantes dos programas aos posicionamentos críticos da postura do governo anterior e, ao mesmo tempo, a uma tentativa de demonstrar que as ações governamentais consideradas boas pelo eleitorado serão mantidas. A combinação dos dois fatores pode explicar o aumento da porcentagem de dedicação do PSDB ao tema das políticas sociais em 2006. O programa de governo tucano dedicou boa parte de suas sentenças para afirmar que também investiria em programas sociais e não colocaria fim ao “Bolsa Família”, programa de combate à fome do PT, responsável pela grande taxa de aprovação do governo Lula 2002 – 2006. Nota-se que o tema “sistema político” também teve um considerável aumento. As sentenças classificadas neste domínio possuíam, em sua maioria, a temática da corrupção. Por conta do escândalo do “mensalão” (compra de votos dos parlamentares por parte de líderes petistas) que dominou a opinião pública, os dois partidos direcionaram parte de suas falas para demonstrar ao eleitorado qual seria seu posicionamento em relação à corrupção que envolve o sistema político (Vizoná, 2014).

Uma das conclusões da pesquisa citada nos leva a considerar a teoria da Escolha Racional como a base de ação dos atores para a confecção de seus programas partidários. Nesse sentido, os partidos teriam definido as demandas e os assuntos em loco na opinião pública e, a partir de um cálculo racional, escolhido as melhores temáticas a serem trabalhadas, mesmo que elas não representassem de fato suas ideologias oficiais.

3 - Os debates presidenciais televisivos.

O papel da televisão enquanto uma vitrine de candidatos exibida para a maioria dos brasileiros chamou a atenção da literatura no século XX e XXI. Ela surge de maneira singular em função de sua capacidade de massificar as mensagens, tornando-se essencial para as ações de políticos que desejam sucesso em campanhas eleitorais (Oliveira, 2008). Apesar dos avanços dos materiais online e da participação dos eleitores em debates nas esferas em redes sociais virtuais, a televisão continua marcando o início do “tempo da política” durante os períodos eleitorais brasileiros.

Os telejornais, programas de debate e programas exibidos no horário gratuito político eleitoral, contribuem para a formação do “ambiente informacional” do qual o eleitor se apropriará para formar suas convicções e preferências. Esse ambiente, muitas vezes, é o responsável pela definição do voto (Panke e Cervi, 2011). Numa perspectiva de escolha racional, Panke (2010, p 36), define que as aparições televisivas enquanto espaço de divulgação ideológica procuram levar o público à seguinte linha de raciocínio: prestar atenção no que está sendo dito – pensar a respeito – mudar a percepção do que foi tratado no direcionamento que favoreça as ideias do candidato. Ou seja, tanto para os partidos, quanto para alguns analistas, fica claro que há um grande vínculo entre racionalização da escolha do voto e a imagem transmitida pela mídia.

Segundo Holdbrook (1996), os debates presidenciais televisivos são assinalados pela literatura como momentos cruciais nas campanhas pela imensa capacidade persuasiva que apresentam. Esta percepção fez com que os estudos sobre debates entrassem na agenda de pesquisa da América Latina, sobretudo no Brasil e no México, através dos autores: Neto (2003); Veron (2003); Leite (2003); Lourenço (2007, 2015); Gonçalves (2008); Ampáram (2008); Mundim (2010); Domínguez Cortina (2011).

A tradição dos debates presidenciais está completamente ligada ao processo de desenvolvimento democrático dos Estados Unidos da América. O país, considerado o berço do sistema presidencialista, fez o primeiro debate presencial entre candidatos ainda no século XIX, com a presença de Abraham Lincoln e Stephen Douglas em 7 embates que percorreram diferentes regiões do país. Em 1948, os debates chegaram aos rádios com o encontro entre Thomas Dewey e Harold Stassen com uma audiência média de 60 milhões de ouvintes. Foi em maio de 1952 que se deu o primeiro debate transmitido pela televisão, realizado entre republicanos e democratas. No entanto, foi apenas em 1960 que os debates passaram a marcar as eleições norte americanas. Uma série de 4 embates entre o então senador democrata John Kennedy e o vice presidente republicano Richard Nixon. Depois de um intervalo de 16 anos, os debates foram institucionalizados no país a partir de 1976, momento em que se tornaram eventos oficiais de campanha (Lourenço, 2015).

No Brasil, a primeira tentativa de um debate transmitido pela TV foi feito em 1960 pela TV Tupi, mas o programa acabou não sendo exibido por conta de uma postura inesperada de recusa de Jânio Quadros. De fato, o primeiro debate ocorreu em 1974, no Rio Grande do Sul, entre candidatos do Senado. Conforme o contexto histórico de

ditadura militar na época e a proibição da existência dos partidos políticos, os debates também foram proibidos. A repressão, sem dúvidas, foi uma das interrupções mais danosas ao processo de vivência democrática brasileira. Em 1982, iniciado o processo de abertura democrática, os debates passaram por momentos de liberação e proibição. Apenas em 1989, findado o regime militar, é que os debates entraram de fato na corrida eleitoral brasileira (Lourenço, 2015).

O primeiro debate realizado para presidente no Brasil se deu em 1989. Além de ser o primeiro, o debate de 89 também foi um dos mais polêmicos. O programa levou ao ar uma discussão entre Lula (PT) e Fernando Collor (PRN), no entanto, a grande repercussão aconteceu por conta de uma edição do debate transmitida ao vivo pela Rede Globo de Televisão no Jornal Nacional (o telejornal de maior ibope e alcance nacional). O jornal mostrou uma edição em que os recortes favoreciam uma percepção de muitos acertos de Collor e muitos erros de Lula, além de divulgar uma suposta pesquisa em que a maioria esmagadora do eleitorado havia preferido Collor à Lula (Lourenço. 2015). A literatura sobre a conjuntura eleitoral da época, apontou o debate e suas edições como algumas das principais causas para a derrota de Lula nas urnas.

Em 1994 e 1998, os debates não ocorreram diante da negação da participação de Fernando Henrique Cardoso que, por já estar à frente nas pesquisas, considerava que os debates poderia gerar uma exposição perigosa. Segundo Amparán (2008), existe uma tendência geral de que os candidatos bem posicionados nas pesquisas tendem a evitar os debates.

Depois de um intervalo de quase 10 anos, os debates voltam à cena nas eleições de 2002. A novidade aproximou o eleitorado da dinâmica de campanha, fato que colaborou para que eles não saíssem mais da agenda de campanha. Em 2006, 2010 e 2014, os debates aconteceram de forma mais natural, com apenas alguns casos de indefinição na estratégia de presença³, mas que acabaram por ser realizados.

³ Na ocasião da eleição de 2006 em que o presidente Lula disputava a reeleição, diante das primeiras denúncias de corrupção envolvendo o PT, Lula chegou a não comparecer ao debate do primeiro turno. O declínio não foi nem aceito pelo eleitorado e o presidente decidiu participar do debate de segundo turno. (Veiga, Souza e Santos, 2007)

– Discussões e contribuições das análises dos debates televisivos.

Holdbrook (1996) constatou que os debates têm efeito na transitividade de votos, ou sejam, muitos debates são um ponto de inflicção nas preferências eleitorais. É a partir deles que, muitas vezes, o eleitor tem o maior contato tanto com os programas de governo dos candidatos, quanto das preferências ideológicas. Segundo alguns trabalho empíricos de Wald e Lupfer (1978), os eleitores passam a ter maiores informações sobre o programa, o que torna o processo eleitoral mais transparente. Diante da nítida importância dos debates televisivos no processo eleitoral, muitas foram as abordagens metodológicas e teóricas aplicadas nas investigações sobre eles. Apresentamos, a seguir, alguns dos exercícios realizados neste sentido.

No México, Amparám (2008) analisa os debates para fins de compreensão sobre como os candidatos compõe suas estratégias comunicativas. Para tanto, o autor observa algumas variáveis fundamentais: a) diferenças de comportamento entre candidatos de situação e oposição; b) o posicionamento e desempenho dos candidatos na pesquisa. Já Cortina (2011), fez uma análise sobre como o debate foi recebido pelo eleitor de duas gerações diferentes através de grupos focais sobre o assunto.

No Brasil, segundo Lourenço (2015), ainda falta uma sistematização maior em torno de algumas questões fundamentais que cercam as discussões sobre debates presidenciais televisivos. As lacunas começaram a ser preenchidas em exercícios de análise nas últimas duas décadas. Veron (2003), Neto (2003) e Gonçalves (2008) possuem como foco os conteúdos e estruturas imagéticas dos debates nos anos de 2002 e 2008. Veiga, Souza e Santos (2007) buscaram analisar as estratégias comunicativas de Lula e Alckmin em 2006. Depois, em 2009, as autoras propõe um debate mais completo, analisando estratégias discursivas entre 1989 e 2006. Mundim (2010), investigou como os debates e as propagandas interferem na decisão do voto através da proposição de um modelo estatístico de cruzamento das duas variáveis. Lourenço (2012) percorre o mesmo caminho de investigação ao responder questões sobre como os debates televisivos de 2002 foram interpretados cognitivamente pelos eleitores; e como estes eventos podem ou não influenciar a opinião dos eleitores sobre os candidatos.

- Proposta de análise para fins de classificação ideológica a partir dos discursos nos debates presidenciais televisivos.

Segundo Santos (2006), há um deslocamento em alto grau da campanha eleitoral feita nas ruas para as telas da televisão, ou seja, uma nova forma de mediação entre candidatos e eleitores que podemos chamar de “palanque eletrônico”. No caso das eleições para presidência, principalmente, são os meios de comunicação que dão visibilidade ao candidato que está inserido numa democracia de massa e universalista como a brasileira. Para alguns autores, a mídia teria uma posição na formação política ainda mais importante do que as próprias instituições, como partidos e organizações políticas. Segundo Manin (1995), viveríamos hoje em uma “democracia de público”, em que o formar politicamente depende cada vez mais das relações diretas entre representantes e representados a partir de discursos personalizados que buscam atender demandas segmentadas. A midiaticização produz, nesse sentido, uma espécie de personificação dos partidos.

Um dos maiores exemplos desse embate direto é o debate entre os candidatos promovido e transmitido ao vivo pelas redes televisivas. Há uma intenção de colocá-los frente a frente para que as propostas possam ser questionadas pelos opositores. Podemos perceber que, muitas vezes, o debate de propostas perde espaço para a espetacularização e embate pessoal entre os candidatos. Nesses momentos, é realçado o foco nas trajetórias pessoais e nas críticas mais pessoais do que partidárias. Inclusive, encontramos na literatura um vasto debate sobre a correlação entre midiaticização e personalização dos processos eleitorais.

Para responder a essas questões, e poder compará-las aos resultados da análise dos dados de programas de governo, utilizamos a mesma metodologia de transformação do discurso em sentenças textuais. Cada fala ininterrupta dos participantes foi considerada um segmento para análise. Por exemplo, uma pergunta de Dilma foi considerada uma unidade de análise. Da mesma forma, uma resposta do seu opositor seria outro segmento de análise, a não ser que na mesma sentença, o interlocutor mudasse o assunto a ser tratado. Se no meio de uma resposta sobre educação, o candidato X passou a falar sobre corrupção, a sentença foi dividida em duas unidades de análise. Assim, ao analisar um segmento sobre a sua estratégia discursiva, buscou-se identificar qual foi a ênfase temática de cada um dos candidatos, recorrendo aos sete domínios de classificação

utilizados pelo CMP: *(1) relações internacionais, (2) democracia e direitos humanos, (3) sistema político, (4) economia, (5) políticas sociais, (6) estrutura social / lei e ordem, (7) grupos sociais e minorias;*

3. Eleições 2014

O pleito de 2014 marcou a tentativa de reeleição do PT para o quarto mandato consecutivo, assim como a quarta tentativa do PSDB em retornar à presidência. Os três principais candidatos ao cargo de presidente eram: Dilma Rousseff (então Presidenta pelo PT); Aécio Neves (então senador pelo PSDB); e Eduardo Campos (presidente do PSB). Durante a campanha, Campos acabou falecendo em um acidente de avião, fato que trouxe sua vice, Marina Silva, diretamente pra disputa. Marina contava com um grande capital político advindo das eleições de 2010 em que já sobressaía como terceira via e seu nome gerou uma considerável efervescência na disputa. No entanto, o efeito da morte de Campos e da chegada de Marina não durou o bastante para destruir a hegemonia de disputas entre PT e PSDB, que chegaram ao segundo turno novamente e sem grandes sobressaltos.

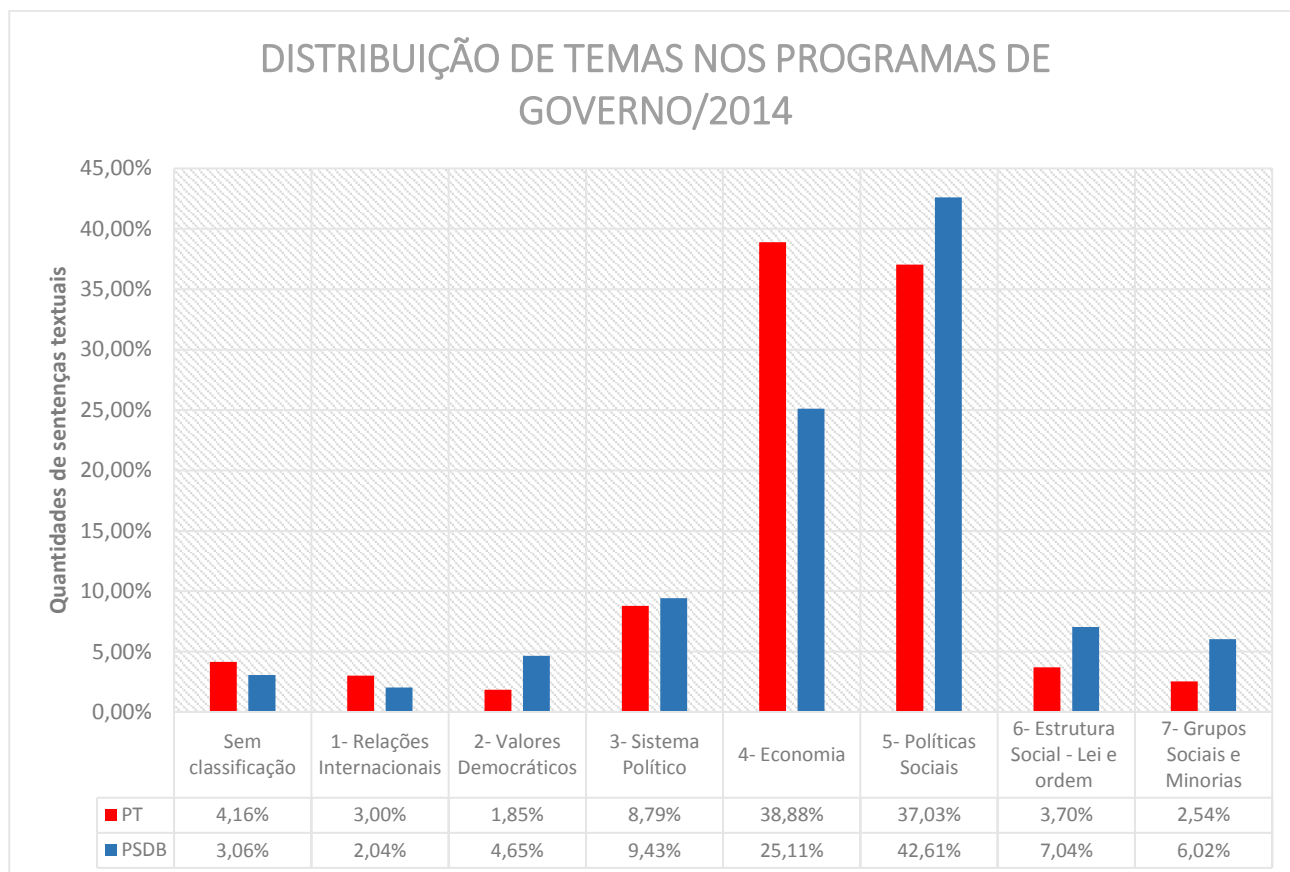
A campanha de segundo turno foi marcada pela temática da corrupção. O PSDB fez proveito das denúncias e investigações da Polícia Federal que atingiam membros do PT e fez da temática uma das agendas centrais da campanha. O PT utilizou a técnica da defesa e da exploração dos casos de corrupção que o PSDB estava envolvido, além de exaltar os pontos positivos dos últimos governos.

- Os programas de governo.

O programa de governo do PT para as eleições de 2014 é composto por 42 páginas subdivididas em duas seções: “Mais Mudanças” e “Novo ciclo histórico”, dividido em 432 sentenças. A divisão foi feita através da metodologia que define sentenças como partes do texto que expressam uma ideia completa, sendo ou não dividida em frases. De acordo com a divisão de domínios expressa pela metodologia do CMP, foi constatado que o PT dedicou a maior parte de seu programa aos temas referentes à economia, seguidos pela temática das políticas sociais.

Paralelamente, o programa de governo do PSDB foi composto por 76 páginas, sendo dividido em 9 eixos que somaram 880 sentenças. O partido adotou a estratégia de

abordar de forma prioritária os programas de políticas sociais, deixando as questões econômicas, bandeira tradicional do partido, em segundo plano. Desse modo percebe-se uma inversão na trajetória de discurso dos dois partidos.

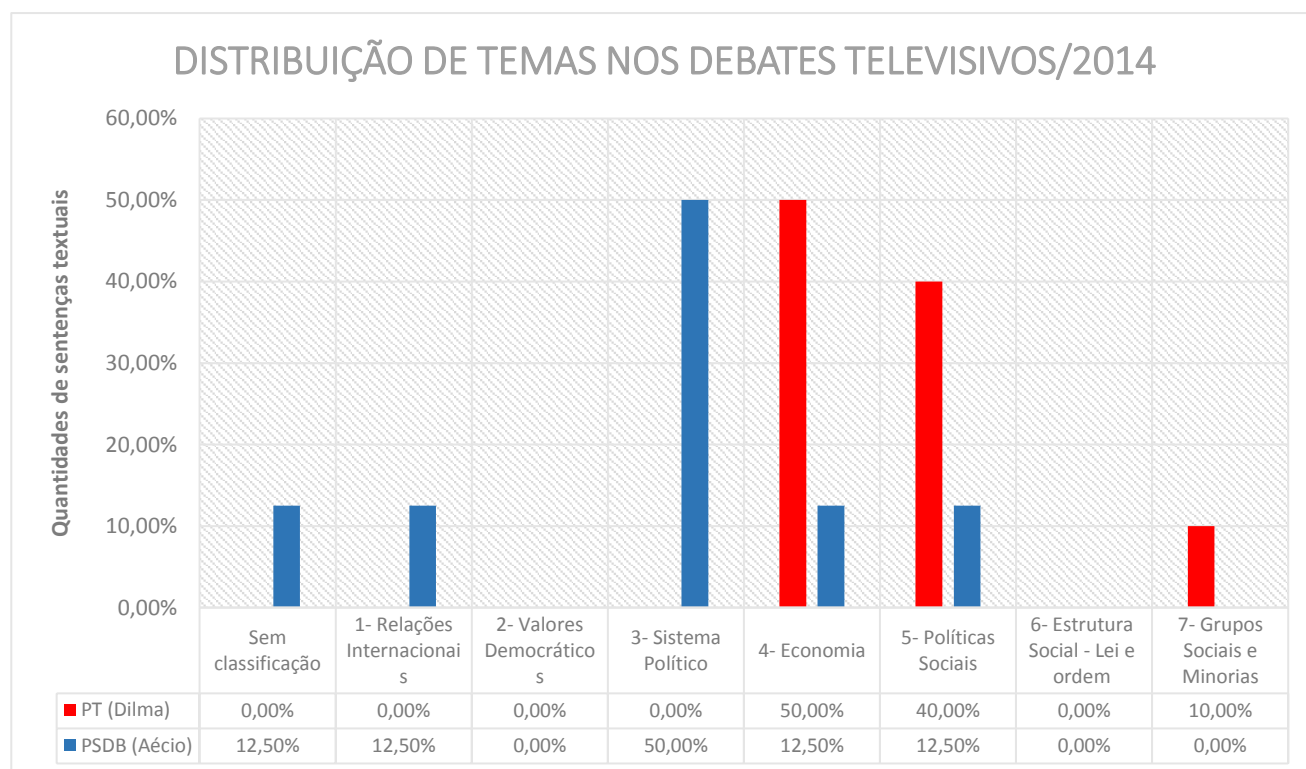


- Os Debates Televisivos

Como ressaltado anteriormente, a presente pesquisa selecionou as edições de debates televisivos consideradas mais influentes nos resultados eleitorais, sendo essa influência medida pela pesquisa IBOPE de audiência. Os debates da Rede Globo possuem a maior audiência, assim como a maior proximidade dos momentos mais decisivos do pleito, por se darem comumente na véspera eleitoral. A ênfase no discurso de cada candidato foi medida pela recorrência dos temas nos momentos em que a candidato poderia realizar questões de forma autônoma. O Debate foi dividido em quatro blocos, sendo dois deles onde um candidato questiona o outro com direito à réplicas e tréplicas, e os outros dois com perguntas de convidados da sociedade civil considerados como eleitores indecisos.

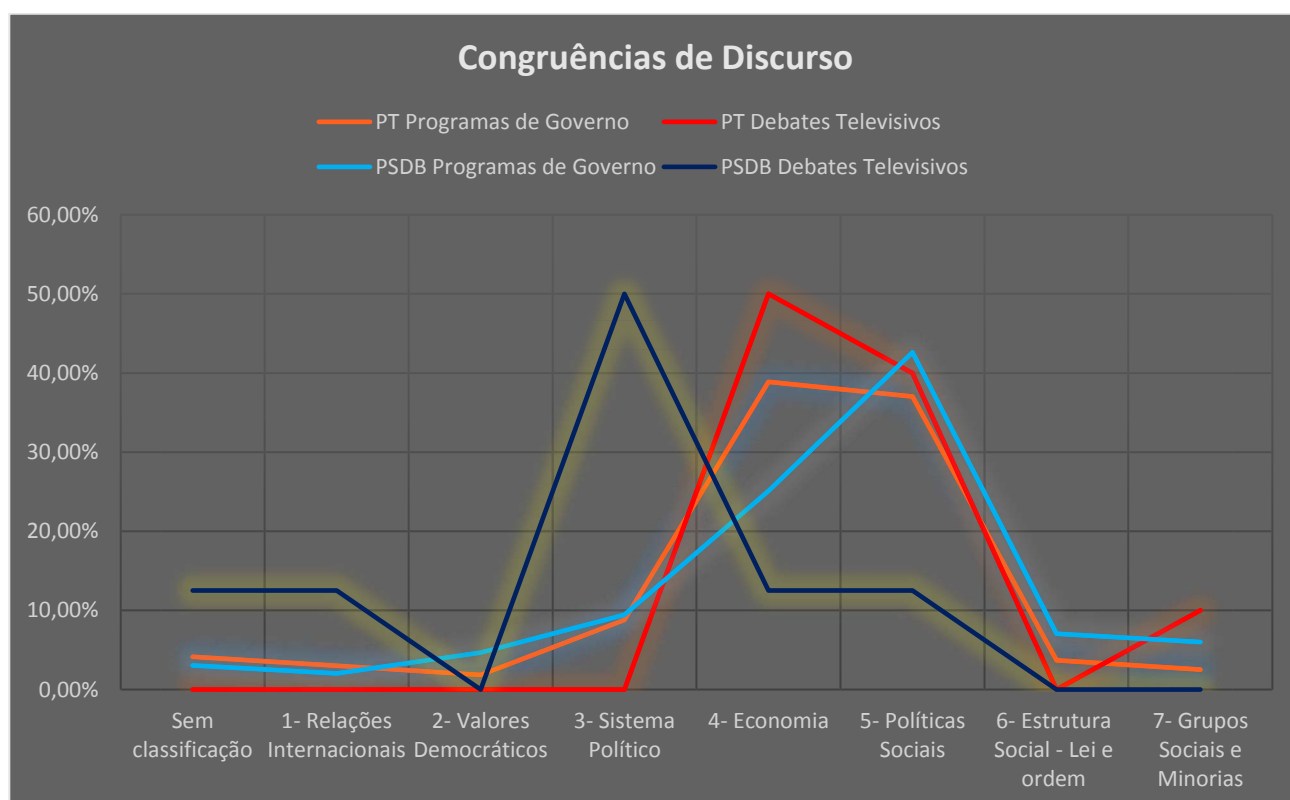
Cada candidato realizou uma bateria de seis questões com temática de sua própria escolha. Dilma Rousseff centrou suas questões nos seguintes temas, consecutivamente: 1) economia; 2) habitação; 3) educação; 4) falta de água/infraestrutura; 5) investimento em agricultura; 6) educação. Já o candidato Aécio Neves, centrou suas questões nos seguintes termos: 1) corrupção; 2) Relações Internacionais com Cuba; 3) inflação; 4) assistência com pessoas portadoras de deficiência; 5) reforma política; 6) corrupção. Ao fim do debate, os dois candidatos tiveram 1m30 para concluir uma mensagem de finalização da campanha aos eleitores. Dilma abordou os temas ligados ao trabalho, às questões das minorias, sobre inovação na ciência e crescimento econômico, totalizando 10 sentenças. Aécio restringiu sua fala ao tema dos valores e eficiência do Estado, passando por um discurso de méritos pessoais, totalizando 8 sentenças.

Desta forma, de acordo com o método CMP, as sentenças de posicionamento nos debates televisivos, ficaram divididas da seguinte forma:



Através da análise dos debates, é possível perceber a estratégia de discurso dos candidatos em questão. Aécio utilizou grande parte das possibilidades de levantar temáticas para tratar do tema da corrupção, aproveitando-se do cenário em que o PT

enfrentava as investigações da operação da Polícia Federal em torno de possíveis irregularidades na administração da Petrobrás. A candidata Dilma apenas tocou na questão da corrupção para responder as perguntas de Aécio, deixando a temática para momentos defensivos. Nas oportunidades de levantar questões, Dilma priorizou a agenda econômica e das políticas sociais, fazendo de seu discurso um reflexo das prioridades elencadas nos programas de governo. Tal reflexo não foi encontrado na estratégia discursiva de Aécio pelo PSDB.



O gráfico acima nos mostra que os discursos de PT e PSDB durante a campanha eleitoral se assemelham e se aproximam em alguns aspectos. Existe uma concentração temática dos discursos dos programas de governo nas áreas de economia e políticas sociais, o que corrobora a hipótese de que os dois partidos, embora opositores, seguem a mesma linha de temática nos programas de governo. No entanto, verificamos que a comunicação realizada a partir dos discursos nos debates televisivos demonstra uma maior distância entre as temáticas abordadas pelos dois partidos. Enquanto o PT segue a linha programática e aborda em seu discurso na TV os mesmos pontos referentes à Economia e às Políticas Sociais, o PSDB se afasta de seu programa e destaca a questão da corrupção como central em seu discurso, deixando a campanha ser influenciada por

acontecimentos externos e colocando em segundo plano a exibição das políticas sociais projetadas no programa de governo entregue ao TSE.

Considerações Finais

O presente exercício buscou elucidar algumas formas de instrumentalização de meios de campanha eleitoral para um maior entendimento das condições em que os principais partidos brasileiros se encontram. Tanto os programas de governo, quanto os discursos de debates televisivos foram considerados valorosas fontes de dados na busca da definição de estratégia eleitoral: se programática ou pragmática.

A partir da hipótese de que os partidos estariam cada vez mais distantes de sua posição ideológica original, buscou-se mensurar o quanto o discurso das candidaturas partidárias estão permeados pela racionalidade estratégica de somatização de votos, consideração baseada na Teoria da Escolha Racional, em que ações e discursos são calculados para o absoluto fim de conquista eleitoral e não como transmissão de mensagem ideológica e programática.

Partindo do pressuposto de que PT e PSDB estão em campos programáticos absolutamente opostos e, justamente por esse motivo, ocupam a liderança de dois grupos que disputam diretamente as eleições nas últimas duas décadas, analisamos o discurso e posicionamento dos dois partidos para mensurar o quanto eles se aproximam e, caso apresentem muitas diferenças, elaborar uma explanação sobre em quais temas ele mais se distanciam.

Os resultados da análise das eleições de 2014 nos mostraram que os dois partidos circularam entre duas esferas temáticas nos últimos anos no momento de elaboração dos programas de governo, fato que os coloca numa posição muito próxima, corroborando a ideia de que, muitas vezes, PT e PSDB não se diferenciam consideravelmente em seus programas de governo. No entanto, no momento em que o discurso avança para o cenário espetacularizado da televisão, a diferença temática aparece mais nitidamente. Um exemplo é a mudança de estratégia do PSDB que abandona a prioridade em dialogar sobre políticas sociais, passando a usar seu tempo de debate em TV para abordar o tema da corrupção. Neste sentido, o PT apresenta maior coerência entre o discurso de Dilma Rousseff no debate e o texto programático preparado pela equipe de campanha.

Consideramos que conclusões mais pertinentes só poderão ser alcançadas com uma análise de recorte temporal mais extenso. Os resultados apresentados aqui são apenas uma breve exposição de conteúdo preliminar e enxuto da pesquisa de doutorado em andamento atualmente. É preciso trabalhar em um método comparativo de discursos ao longo dos anos para que seja possível um diagnóstico mais exato sobre estratégias de campanha e suas fugas ou aproximações de programas e ideologias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTOLINI, Stefano & MAIR, Peter (eds.) (1990). *Identity, competition and electoral availability: the stabilization of European electorates (1885-1985)*. Cambridge: Cambridge University Press.

BRAGA, Maria S. (2006). *O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política (1982-2002)*. São Paulo: Humanitas, Fapesp.

_____. (2010). “Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 4, p. 43-72.

CARREIRÃO, Yan (2006). “Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina”. *Opinião Pública*, v. 12, n. 1, p. 136-163.

_____. (2014). “O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº14. Brasília, maio - agosto de 2014, pp. 255-295.

CARREIRÃO, Yan S. & NASCIMENTO, Fernanda P. (2010). “As coligações nas eleições para os cargos de governador, senador, deputado federal e deputado estadual no Brasil (1986/2006)”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 4, p. 75-104.

_____. (2010). Dimensões da competição partidária: notas de pesquisa, VII Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. Recife, agosto/2010.

_____. (2012). Como partidos significam e legitimam suas origens? Saliency Theory e análise dos textos partidários. Anais da ABCP 2012.

DOWNS, A. Uma teoria econômica da democracia. São Paulo: Edusp. 1999

KLINGEMANN, H.-D., VOLKENS, A. et al. Mapping Policy Preferences II: Estimates for parties, electors, and governments in Eastern Europe, European Union and OECD 1990-2003. Oxford, Oxford University Press, 2006.

LIMONGI, Fernando & CORTEZ, Rafael (2010). “As eleições de 2010 e o quadro partidário”. *Novos Estudos Cebrap*, n. 88, p. 21-37.

LOURENÇO, Luís Claudio (2007) Los debates presidenciales en el Brasil que eligió a Lula: percepciones del elector y las debates televisivos de 2002, in *El votante latino-americano Comportamiento electoral y comunicación política*, p. 365 – 387.

LUCAS, Kevin & SAMUELS, David (2011). “A ‘coerência’ ideológica do sistema partidário brasileiro, 1990-2009”, em POWER, Timothy & ZUCCO Jr., Cesar (orgs.). *O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

MAINWARING, Scott, P. (1991). “Políticos, partidos e sistemas eleitorais: o Brasil numa perspectiva comparada”. *Novos Estudos Cebrap*, n. 29, p. 34-58.

_____. (2001). *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto; Rio de Janeiro: Editora FGV.

MAIR, Peter (1997). *Party system change: approaches and interpretations*. Oxford: Oxford University Press

MELO, Carlos Ranulfo & CÂMARA, Rafael (2012). “Estrutura da competição pela presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil”. *Dados*, v. 55, n. 1, p. 71-117.

POWER, Timothy & ZUCCO JR., Cesar (2008). “Estimating ideology of Brazilian legislative parties, 1990-2005: a research communication”. *Latin American Research Review*, v. 44, n. 1, p. 218-246.

_____. (2011). *O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

RIBEIRO, Pedro F. (2005). “Acordos partidários nacionais, reflexos locais: o presidencialismo de coalizão enquanto fator estruturante das alianças eleitorais municipais”. Trabalho apresentado no 29º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 25 a 29 de outubro.

_____. (2008) *Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005* - São Carlos: UFSCar, 2008.

ROBERTSON, David. (1976). *A Theory of Party Competition*. London and New York: Wiley.

ROSE, Richard & MACKIE, Thomas (1988). “Do parties persist or fail? The big trade-off facing organizations”, em LAWSON, Kay & MERKL, Peter (eds.). *When parties fail*. Princeton: Princeton University Press.

SARTORI, Giovanni. *A Política: lógica e método nas ciências sociais*. Tradução: Sérgio Bath – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

TAROUÇO, Gabriela da S; MADEIRA, Rafael M. *Esquerda e direita no Brasil: uma análise conceitual*. *Revista Pós Ciências Sociais*. v. 8 n. 15 São Luis/MA, 2009.

TAROUCO, Gabriela da S. (2007). Os partidos e a Constituição: ênfases programáticas e propostas de emenda. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, IUPERJ.

TAROUCO, G.; VIEIRA, S. M. ; MADEIRA, R. M. (2015). Mensuração de preferências políticas: análise de manifestos partidários. *Política Hoje* (UFPE. Impresso), v. 24, p. 135-150.

TAROUCO, G. e MADEIRA, R. (2015), “Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: análise de um expert survey.” *Civitas*, 15, 1: e24-e39.

_____. (2008). Classificação ideológica dos partidos brasileiros: notas de pesquisa. 32º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu.

ZUCCO JR., Cesar (2010). “Stability without roots: party system institutionalization in Brazil”. Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2002359.

_____. (2011). “Esquerda, direita e governo”, em POWER, Timothy & ZUCCO JR., Cesar (orgs.). *O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG.